

BREOF
Empreendimentos
Residenciais II Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Quotistas e aos Administradores da

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Empresa quanto a aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

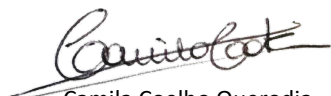
condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Camila Coelho Querodia
CRC 1SP294059/O-8

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	928	1.253	1.009	1.550	Fornecedores		25	-	30	54
Contas a receber de clientes	6	-	-	1	159	Impostos e contribuições a recolher		2	2	2	4
Impostos a recuperar		1.028	953	1.033	974	Outras obrigações	12	5.817	14.265	467	7.967
Outros créditos	9	5.513	41	8.567	3.016			5.844	14.267	499	8.025
		<u>7.469</u>	<u>2.247</u>	<u>10.610</u>	<u>5.699</u>						
Não circulante						Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	3.000	-	3.000	Impostos diferidos		-	-	1	3
Outros créditos	9	652	-	-	-	Retenções contratuais		-	-	10	-
Estoques de imóveis a comercializar	7	-	-	1.338	1.338	Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	60	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	-	1.802	-	82	Provisão para perdas para investimento	10	-	2.161	-	-
Investimentos em Sociedades por Conta de Participação (SCP)	11	-	4.440	-	11.201	Provisão para contingências	19	1.471	-	1.943	2.466
Investimentos em controladas e coligadas	10	7.096	24.357	193	10.351			1.471	2.161	2.014	2.469
		<u>7.748</u>	<u>33.599</u>	<u>1.531</u>	<u>25.972</u>						
						Patrimônio líquido					
						Capital social	13	20.520	20.520	20.520	20.520
						Prejuízos acumulados		(12.618)	(1.102)	(12.618)	(1.102)
						Patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora		<u>7.902</u>	<u>19.418</u>	<u>7.902</u>	<u>19.418</u>
						Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.726</u>	<u>1.759</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>7.902</u>	<u>19.418</u>	<u>9.628</u>	<u>21.177</u>
Total do ativo		<u>15.217</u>	<u>35.846</u>	<u>12.141</u>	<u>31.671</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>15.217</u>	<u>35.846</u>	<u>12.141</u>	<u>31.671</u>

As notas explicativas individuais e consolidadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	2024	2023	2024	2023	
Receita líquida de vendas	14	-	-	1	2
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>377</u>
Outras receitas / (despesas)					
Despesas gerais e administrativas	15	(1.270)	(1.765)	(1.553)	(3.106)
Despesas tributárias		(42)	(200)	(42)	(200)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(6.945)	943	(4.945)	2.778
Resultado com sociedades em conta de participação	11	(1.615)	3.618	(1.615)	2.938
Ganhos / (perdas) com a alienação de investimentos	16	(1.897)	36	(3.658)	36
Provisão para perdas de créditos esperadas	6	-	-	3	(41)
Outras receitas		8	-	8	-
(Prejuízo) Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>(11.761)</u>	<u>2.632</u>	<u>(11.801)</u>	<u>2.407</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	17	256	1.765	265	1.808
Despesas financeiras		(11)	(9)	(22)	(25)
Resultado financeiro		<u>245</u>	<u>1.756</u>	<u>243</u>	<u>1.783</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(11.516)</u>	<u>4.388</u>	<u>(11.558)</u>	<u>4.190</u>
Provisão para impostos correntes	18	-	-	(1)	(11)
Provisão para impostos diferidos		-	-	1	-
(Prejuízo) Lucro do exercício		<u>(11.516)</u>	<u>4.388</u>	<u>(11.558)</u>	<u>4.179</u>
(Prejuízo) Lucro do exercício atribuível aos					
Quotistas da controladora		(11.516)	4.388	(11.516)	4.388
Quotistas não controladores		-	-	(42)	(209)

As notas explicativas individuais e consolidadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -
- - - -

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(11.516)	4.388	(11.558)	4.179
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(11.516)</u>	<u>4.388</u>	<u>(11.558)</u>	<u>4.179</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Quotistas da controladora	(11.516)	4.388	(11.516)	4.388
Quotistas não controladores	-	-	(42)	(209)

As notas explicativas individuais e consolidadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Lucros / Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora	Participação de quotistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>77.215</u>	<u>(5.490)</u>	<u>71.725</u>	<u>1.947</u>	<u>73.672</u>
Redução de capital	13	(56.695)	-	(56.695)	-	(56.695)
Aumento de capital por quotistas não controladores		-	-	-	12	12
Ganhos e perdas de não controladores		-	-	-	9	9
Lucro líquido do exercício		-	4.388	4.388	(209)	4.179
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>20.520</u>	<u>(1.102)</u>	<u>19.418</u>	<u>1.759</u>	<u>21.177</u>
Aumento de capital por quotistas não controladores		-	-	-	9	9
Prejuízo líquido do exercício		-	(11.516)	(11.516)	(42)	(11.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>20.520</u>	<u>(12.618)</u>	<u>7.902</u>	<u>1.726</u>	<u>9.628</u>

As notas explicativas individuais e consolidadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.516)	4.388	(11.558)	4.190
Ajuste por:				
Resultado de equivalência patrimonial	6.945	(943)	4.945	(2.778)
Resultado com sociedades em conta de participação	1.615	(3.618)	1.615	(2.938)
Ganhos / (perdas) com investimentos	1.897	(36)	3.658	9
Impostos diferidos	-	-	(2)	2
Provisão para contingências	(512)	-	(373)	(21)
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(3)	41
Variações nos ativos e passivos				
Impostos a recuperar	(56)	352	(59)	369
Contas a receber de clientes	-	-	161	(186)
Outros créditos	2.769	5.408	(3.251)	5.416
Fornecedores	12	-	(24)	(50)
Impostos e contribuições a recolher	-	1	-	1
Outras obrigações	(8.899)	-	(7.440)	(561)
Retenções contratuais	-	-	10	-
Impostos pagos	-	-	(2)	(12)
Provisão para contingências	(151)	-	(151)	(256)
Fluxos de caixa gerado (utilizado nas) pelas atividades operacionais	<u>(7.896)</u>	<u>5.552</u>	<u>(12.474)</u>	<u>3.226</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.000	-	3.000	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	762	(1.709)	82	1
Aumento de capital em controladas e coligadas	(116)	(48)	(83)	-
Distribuição de dividendos de controladas e coligadas	1.100	5.500	1.100	5.500
Retornos de investimentos em Sociedade Conta de participação (SCP)	87	1.542	5.087	1.542
Distribuição de resultados de Sociedade Conta de participação (SCP)	2.738	9.115	2.738	9.115
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimentos	<u>7.571</u>	<u>14.400</u>	<u>11.924</u>	<u>16.158</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Redução de capital de quotistas controladores	-	(27.501)	-	(27.501)
Aumento de capital por quotistas não controladores	-	-	9	12
Fluxos de caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(27.501)</u>	<u>9</u>	<u>(27.489)</u>
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(325)</u>	<u>(7.549)</u>	<u>(541)</u>	<u>(8.105)</u>
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	<u>1.253</u>	<u>8.802</u>	<u>1.550</u>	<u>9.655</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>928</u></u>	<u><u>1.253</u></u>	<u><u>1.009</u></u>	<u><u>1.550</u></u>

As notas explicativas individuais e consolidadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda. (“Empresa”), com sede na Rua Funchal, 418 - 27º andar, São Paulo - SP, sendo constituída em 10 de novembro de 2010 como uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com a denominação de BREOF Holding II Ltda., com alteração da denominação social da Empresa para a denominação atual em 22 de fevereiro de 2011.

A Empresa possui como objeto social a compra, a venda e a locação de bens próprios, móveis e imóveis e a participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou cotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

A Empresa possui como investimento projetos residenciais, comerciais e terrenos que já estão em fase final de desinvestimento. Segue abaixo as principais operações da Empresa:

Entidade	Projeto		Tipo	Região	Etapa
	2024 - Nome	2023 - Nome			
R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda.	(e)	Ourives	Desenvolvimento residencial	São Paulo-SP	Lançado / Em obras
BRDU SPE São Mateus Ltda.	(b)	São Mateus	Loteamento residencial	São Mateus-ES	Finalizado
BRDU Cuiabá 01 Ltda.	(b)	Cuiaba	Loteamento residencial	Cuiaba-MT	Finalizado
BRDU SPE Tangará da Serra Ltda.	(b)	Tangará da Serra	Loteamento residencial	Tangará da Serra - MT	Finalizado
Ecocil - Sociedade em Conta de Participação.	(a)	Natal	Desenvolvimento residencial	Natal-RN	Finalizado
Leonilda CONX Empreendimentos e Participações Ltda.	Conx Leonilda	Conx Leonilda	Desenvolvimento residencial	Santo André-SP	Finalizado
R011 Araçatuba P Empreendimentos e Participações Ltda.	Shopping Araçatuba	Shopping Araçatuba	Shopping center	Araçatuba-SP	Terreno
Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Laranjeiras (c)	Laranjeiras	Desenvolvimento residencial	Rio de Janeiro-RJ	Finalizado
Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda.	Reserva das Ilhas (d)	Reserva das Ilhas	Desenvolvimento residencial	Salvador - BA	Finalizado

- (a) Em 8 de março de 2024 ocorreu a dissolução da Ecocil - Sociedade em Conta de Participação e tal investimento foi baixado das demonstrações financeiras da Empresa.
- (b) Em 3 de maio de 2024 a investida R015 BREOF Loteamentos Empreendimentos e Participações Ltda. vendeu sua participação societária sobre as SCP's: BRDU SPE São Mateus Ltda., BRDU Cuiabá 01 Ltda. e BRDU SPE Tangará da Serra Ltda. por R\$ 5.000, gerando uma perda de R\$ 1.761, após esse evento em 28 de junho de 2024, a investida foi encerrada.
- (c) Em 27 de maio de 2024 ocorreu a incorporação da investida Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela Empresa.
- (d) Em 14 de agosto de 2024 ocorreu a incorporação da investida Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda. pela Empresa.
- (e) Em 11 de dezembro de 2024, a Empresa vendeu 100% das ações de sua coligada R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda. por R\$ 2.300, gerando uma perda de R\$ 1.896.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Embora a Empresa não seja regulada pela CVM, a Administração optou pela adoção das normas contábeis emitidas pela CVM para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, incluindo os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias que seguem o entendimento da administração da Empresa, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios, com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos pelo menos pelos próximos 12 (doze) meses.

A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 2 de abril de 2025, considerando os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

3 Base de preparação e políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo amortizado com exceção as aplicações financeiras e investimentos em sociedades por conta de participação (SCP), que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisão para perdas de créditos esperadas

A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis de perdas na realização das contas a receber. As despesas com a constituição da provisão para perdas de créditos esperadas foram registradas na rubrica “provisão para perdas de créditos esperadas”, na demonstração do resultado.

A Empresa entende que os clientes inadimplentes a mais de 180 dias representam risco para que os fluxos de caixa atrelados fluam para a entidade e, portanto, constitui perdas estimadas para estes créditos.

Redução do valor recuperável de estoque de imóvel a comercializar

A Companhia avalia o estoque de imóvel a comercializar pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Empresa, poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A Empresa é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Empresa, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo utilizada para registro dos Investimentos em sociedades por conta de participações (SCP) e permutas. Isso inclui uma equipe de avaliação externa que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiro para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis no momento).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

d. Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas contábeis da

Empresa. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas com os seguintes percentuais de participação em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Entidade	% de Participação	
	2024	2023
R015 Loteamentos VBI BRDU Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	0%	100%
Leonilda Conx Empreendimentos e Participações Ltda.	80%	80%
R011 Araçatuba P Empreendimentos e Participações Ltda.	80%	80%
Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (*)	0%	100%
Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda. (*)	0%	100%

(*) no decorrer do exercício de 2024 a Empresa encerrou sua participação nessas investidas, as transações estão descritas na nota explicativa 10.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa, esses investimentos são avaliados por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre as empresas e quaisquer receitas ou despesas derivadas dessas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com as controladas, são eliminados contra os investimentos na proporção da participação da Empresa nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e. Investimentos em coligadas

Os investimentos em que a Empresa possui influência significativa são classificados como coligadas e estão registrados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, as coligadas da Empresa são representadas no quadro abaixo:

Entidade	% de Participação	
	2024	2023
R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	0%	50%
R032 Seropédica Empreendimentos e Participações S.A.	0,1985%	0,1985%

(*) no decorrer do exercício de 2024 a Empresa encerrou sua participação nessa coligada, a transação está descrita na nota explicativa 10.

f. Investimentos em sociedades por conta de participações (SCP)

A Empresa participa em sociedades por conta de participações (SCP) como sócio participante, conforme regulado nos artigos 991 a 996 do Código Civil (Lei 10.406/2002). Este instrumento financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado, sendo inicialmente registrado pelo valor justo e atualizado anualmente pelo valor justo na data base. O valor justo é estimado considerando os fluxos de caixa estimados, conforme definido em contratos entre o sócio ostensivo e sócio participante.

g. Resultado

As receitas, custos e despesas são registrados seguindo o regime da competência.

(i) *Receitas de vendas de imóveis*

Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

Os juros prefixados, decorrentes das vendas das unidades concluídas dos empreendimentos imobiliários, são apropriados ao resultado, observando-se o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado da seguinte forma:

O custo incorrido das unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado;

É apurado o percentual de evolução financeira da obra, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, conforme disposto no OCPC 01 (R1) Entidades de Incorporação Imobiliária.

Os montantes da receita de venda apurada, incluindo a atualização monetária contratual, líquidos das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando excedentes aos valores recebidos.

O reconhecimento da receita, conforme critérios supra descritos, somente é iniciado depois de respeitada a cláusula suspensiva, que normalmente compreende o período de seis meses após o lançamento ou 70% de vendas.

(ii) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros pagos de impostos, de fornecedores e despesas bancárias.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada dos instrumentos financeiros ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira e a despesa de juros é incluída na rubrica de despesa financeira, na demonstração do resultado.

h. Estoques de imóveis a comercializar

Terrenos, imóveis em construção e imóveis concluídos

Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos, acrescido dos custos incorridos de construção e dos encargos provenientes de obrigações contraídas para sua aquisição.

O valor contábil dos estoques de um empreendimento é transferido para o circulante, quando as unidades são colocadas à venda, ou seja, no momento em que o empreendimento é lançado.

i. Redução ao valor recuperável / realizável (impairment)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos Estoques de imóveis a comercializar são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

j. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como a ajuste a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos financeiros da Empresa classificados na categoria de valor justo pelo resultado, compreendia o saldo de “caixa e equivalentes de caixa” e

“Investimentos em Sociedades por Conta de Participação (SCP)” e na categoria de custo amortizado compreendiam o saldo de “contas a receber de clientes” e “outros créditos”.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa tinha apenas passivos financeiros ao custo amortizado. Os passivos financeiros da Empresa incluem principalmente fornecedores e outras obrigações.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

A Empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

k. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

l. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

m. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Regime do Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Regime do Lucro Presumido

Aplicável as sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas de incorporação imobiliária (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição.

Regime Especial de Tributação (RET)

Instituído por meio da Lei nº 10.931/2004 (RET) aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime, em caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem os direitos e obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. As alíquotas do RET são de 1,92% para imposto de renda e contribuição social e 2,08% para COFINS e PIS, sobre as receitas de vendas

As empresas Leonilda, Laranjeiras e Reserva das Ilhas utilizam o Regime Especial de Tributação (RET). As demais controladas utilizam o regime do Lucro Presumido ou Lucro Real e a controladora utiliza o regime do Lucro Real.

Imposto Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias é origem da diferença entre os valores para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

n. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3.1 Novas normas e futuros requerimentos

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior (alterações ao CPC 06) Passivo não circulante com clausula restritiva e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26) Acordos de financiamentos de fornecedores (alteração ao CPC 03)

O Grupo avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2024.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a este Grupo.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)
1º de Janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alteração às CPC 48 e CPC 40)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	1	1	1	2
Depósitos bancários	241	68	300	88
Aplicações financeiras (a)	686	1.184	708	1.460
	928	1.253	1.009	1.550

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Operações Compromissadas e Fundos de Investimento remuneradas as taxas que variam de 75% a 100% (2023 - 75% a 100%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras (a)	-	3.000	-	3.000
	-	3.000	-	3.000

- (a) Aplicação financeira atrelada a venda da investida R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações Ltda. No contrato de compra e venda da investida, a Companhia tinha como obrigação garantir um caixa mínimo de R\$ 3.000, a fim de honrar possíveis obrigações de indenização previstas no contrato de venda, no prazo de 72 meses após a venda, que ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se as vendas de imóveis residenciais, realizadas pela controlada Leonilda Conx Empreendimentos e Participações .

	Consolidado			
	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contas a receber	277	-	2.601	-
Provisão para perdas de créditos esperadas (PECLD)	(276)	-	(2.442)	-
	1	-	159	-

As contas a receber de venda de imóveis são substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescidas de taxa de juros de 1% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa possuía o saldo das contas a receber consolidado, da parcela circulante, distribuído da seguinte forma:

	2024	2023
À vencer	-	160
PECLD	(276)	(2.442)
Vencidos	277	2.441
0 a 30 dias	-	-
de 31 a 90 dias	-	-
Mais de 180 dias	277	2.441
Total	1	159

A Administração constituiu provisão para perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 276 (2023: R\$ 2.442), para os clientes inadimplentes há mais que 180 dias. O impacto no resultado do exercício foi uma constituição no de R\$ 3 (2023: reversão de R\$ 41).

A diminuição observada no saldo das contas a receber decorre do encerramento e da venda das investidas realizadas durante o exercício de 2024.

7 Estoques de imóveis a comercializar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os estoques de imóveis a comercializar no consolidado são basicamente representados por terrenos no estado de São Paulo.

	2024	2023
Terrenos	1.338	1.338
Total	1.338	1.338
Circulante	-	-
Não circulante	1.338	1.338

A segregação entre circulante e não circulante, bem como a alocação dos estoques nas controladas está demonstrada no quadro abaixo:

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
R011 Araçatuba P Empreend. e Participações Ltda (a)	-	1.338	-	1.338
Total	-	1.338	-	1.338

- (a) A controlada R011 Araçatuba P Empreend. e Participações Ltda. comprou a posse de um terreno na cidade de Araçatuba-SP. A empresa possuía uma ação ativa de usucapião, a fim de obter a regularização da propriedade do terreno. A probabilidade de perda da ação é remota.

Foi realizada análise de valor recuperável líquido dos Estoques de imóveis a comercializar, não sendo identificadas perdas em 2024 e 2023.

8 Transações com partes relacionadas e contratos de mútuo

Em 31 de dezembro de 2024 não há saldos relacionados a transações com partes relacionadas e contratos de mútuo. Abaixo segue informação referente a 31 de dezembro de 2023:

	2023					
	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Receita / (Despesa)		Ativo	Receita / (Despesa)	
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Adiant. Para futuro aumento de capital ativo (b)	-	1.802	-	-	82	-

- (a) Em 16 de Novembro de 2022 foi firmado um contrato de empréstimo entre a BREOF Residencial II e seus sócios, com prazo de pagamento de cem (100) dias após assinatura, sem juros e atualização monetária. Em fevereiro de 2024, a Empresa efetuou redução de capital que foi paga com o crédito do contrato de empréstimo firmado.
- (b) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital aportado nas investidas da Empresa.

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prêmios e seguros a apropriar	-	41	-	41
Depósitos judiciais (b)	604	-	673	760
Valores a receber venda SPEs (a)	5.561	-	5.561	-
Antecipação de Redução de Capital	-	-	2.215	2.215
Consórcios a receber	-	-	118	-
	6.165	41	8.567	3.016
Circulante	5.513	41	8.567	3.016
Não Circulante	652	-	-	-

- (a) saldo refere-se aos valores a receber provenientes da venda da controlada R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda., no montante de R\$ 2.300, a ser recebido em janeiro de 2025, e das SCPs BRDU SPE São Mateus Ltda., BRDU Cuiabá 01 Ltda. e BRDU SPE Tangará da Serra Ltda., a ser recebida em 23 parcelas de R\$ 217 cada, sendo que durante o exercício já houve o recebimento de 8 parcelas.
- (b) Saldo se refere aos depósitos atrelados aos processos judiciais.

10 Investimentos em controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2024, esses investimentos são representados por:

Empresas	Percentual de participação	Capital social	Quantidade de quotas Possuídas	(Prejuízo)	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Valor patrimonial dos investimentos
R011 Araçatuba P Empreendimentos e Participações Ltda	80%	1.922	1.537	(44)	1.356	(36)	1.085
R015 Loteamentos VBI BRDU Empr. e Participações Ltda. (b)	-	10.815	10.815	(1.770)	-	(1.770)	-
Leonilda Conx Empreendimentos e Participações Ltda.	80%	10.461	-	(158)	7.273	(128)	5.818
Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (c)	-	5.989	5.989	(34)	-	(34)	-
Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda. (c)	-	4.523	4.523	(33)	-	(32)	-
Investimento em controladas		33.710	22.865	(2.039)	8.629	(2.000)	6.903
R032 Seropédica Empreendimentos e Participações S.A.	0,1985%	117.218	245	(3.949)	96.987	(8)	193
R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	-	1.362	681	(9.874)	-	(4.937)	-
Investimento em coligadas		118.777	1.025	(13.823)	96.987	(4.945)	193
Total		152.487	23.890	(15.862)	105.616	(6.945)	7.096
Investimentos em controladas e coligadas							7.096
Provisão para perdas para investimento							-

- (a) A empresa foi vendida durante o exercício de 2024, conforme nota explicativa 1.
(b) A empresa foi encerrada durante o exercício de 2024, conforme nota explicativa 1.
(c) A empresa foi incorporada durante o exercício de 2024, conforme nota explicativa 1.

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Em 31 de dezembro de 2023, esses investimentos são representados por:

Empresas	Percentual de participação	Capital social	Quantidade de quotas Possuídas	Lucro/ (Prejuízo)	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Valor patrimonial dos investimentos
R011 Araçatuba P Empreendimentos e Participações Ltda	80%	1.882	1.505	(52)	1.361	(42)	1.088
R015 Loteamentos VBI BRDU Empr. e Participações Ltda.	100%	10.815	10.815	(690)	6.972	(690)	6.972
Leonilda Conx Empreendimentos e Participações Ltda.	80%	10.461	8.369	(994)	7.432	(795)	5.946
Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%	5.989	5.989	(642)	(1.008)	(642)	(1.008)
Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda.	100%	4.523	4.523	334	(1.153)	334	(1.153)
Investimento em controladas		33.670	31.201	(2.044)	13.604	(1.835)	11.845
R032 Seropédica Empreendimentos e Participações S.A.	0,1985%	117.218	245	1.970	101.371	4	201
R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda.	50%	1.362	681	5.548	20.300	2.774	10.150
Investimento em coligadas		118.580	926	7.518	121.671	2.778	10.351
Total		152.250	32.127	5.474	135.275	943	22.196
Investimentos em controladas e coligadas							24.357
Provisão para perdas para investimento							(2.161)

Movimentação dos investimentos em 2024:

	Saldos em 31/12/2023	Aumento de capital	Incorporação / Encerramento e Venda	Distribuição de lucros	Equivalência Patrimonial	Perda	Saldos em 31/12/2024
R011 Araçatuba P Empreendimentos e Participações Ltda	1.088	33	-	-	(36)	-	1.085
R015 Loteamentos VBI BRDU Empr. e Participações Ltda.	6.972	-	(5.202)	-	(1.770)	-	-
Leonilda Conx Empreendimentos e Participações Ltda.	5.946	-	-	-	(128)	-	5.818
Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(1.008)	-	1.042	-	(34)	-	-
Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda.	(1.153)	-	1.185	-	(32)	-	-
Investimento em controladas	11.845	33	(2.975)	-	(2.000)	-	6.903
R032 Seropédica Empreendimentos e Participações S.A.	201	-	-	-	(8)	-	193
R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda.	10.150	83	(2.300)	(1.099)	(4.937)	(1.897)	-
Investimento em coligadas	10.351	83	(2.300)	(1.099)	(4.945)	(1.897)	193
Investimentos em controladas e coligadas	22.196	116	(5.275)	(1.099)	(6.945)	(1.897)	7.096

Movimentação dos investimentos em 2023:

	Saldos em 31/12/2022	Aumento de capital	Distribuição de lucros	Equivalência Patrimonial	Equivalência anos anteriores	Saldos em 31/12/2023
R011 Araçatuba P Empreendimentos e Participações Ltda	1.082	48	-	(42)	-	1.088
R015 Loteamentos VBI BRDU Empr. e Participações Ltda.	7.662	-	-	(690)	-	6.972
Leonilda Conx Empreendimentos e Participações Ltda.	6.705	-	-	(795)	36	5.946
Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(366)	-	-	(642)	-	(1.008)
Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda.	(1.487)	-	-	334	-	(1.153)
Investimento em controladas	13.596	48	-	(1.835)	36	11.845
R032 Seropédica Empreendimentos e Participações S.A.	197	-	-	4	-	201
R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda.	12.876	-	(5.500)	2.774	-	10.150
Investimento em coligadas	13.073	-	(5.500)	2.778	-	10.351
Investimentos em controladas e coligadas	26.669	48	(5.500)	943	36	22.196

11 Investimentos em Sociedades em Conta de Participação (SCP)

Os instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
SCP BRDU São Matheus (a)	-	-	-	-
SCP BRDU Cuiabá (a)	-	-	-	6.761
R023 Ourives Empr. e Part. Ltda. (b)	-	4.440	-	4.440
	-	4.440	-	11.201

- (a) O instrumentos financeiros SCP BRDU São Matheus e SCP BRDU Cuiabá foram vendidos pela investida R015 BREOF Loteamentos Empreendimentos e Participações Ltda. em 3 de maio de 2024.
- (b) Em 11 de dezembro de 2024, foi firmado um acordo entre as sócias, no qual a empresa se retirou da sociedade e cedeu, a título oneroso, a totalidade de sua participação societária, resultando em uma perda de 1.702.

A movimentação dos instrumentos financeiros é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Retornos	Participação nos Resultados	Venda	Perda	Distribuição dos resultados	Saldo em 31/12/2024
SCP BRDU Cuiabá	6.761	-	-	(5.000)	(1.761)	-	-
R023 Ourives Empr. e Part. Ltda.	4.440	-	-	-	(1.702)	(2.738)	-
PDG	-	(87)	87	-	-	-	-
Total Consolidado	11.201	(87)	87	(5.000)	(3.463)	(2.738)	-
Total Controladora	4.440	(87)	87	-	(1.702)	(2.738)	-

	Saldo em 31/12/2022	Retornos	Participação nos Resultados	Distribuição dos resultados	Saldo em 31/12/2023
SCP BRDU São Matheus	584	-	(584)	-	-
SCP BRDU Cuiabá	6.857	-	(96)	-	6.761
R023 Ourives Empr. e Part. Ltda.	11.479	-	2.076	(9.115)	4.440
PDG (a)	-	(1.542)	1.542	-	-
Total Consolidado	18.920	(1.542)	2.938	(9.115)	11.201
Total Controladora	11.479	(1.542)	3.618	(9.115)	4.440

- a) Em 30 de setembro de 2014, a Empresa celebrou acordo para constituição de SCP (Sociedade em Conta de Participação), a SCP Venit, por meio da contribuição de R\$ 120.000. Em dezembro de 2016, a Empresa firmou acordo, a fim de receber parte do investimento através de ativos, uma vez que havia indícios de não recuperabilidade de parte do saldo investido. Em 2017, a Empresa avaliou a recuperabilidade do saldo restante investido e constituiu perdas para 100% do investimento na SCP. Em junho de 2022, a Empresa notificou a PDG Realty S.A., sócia ostensiva da SCP, para que tivesse seu crédito reconhecido no plano de recuperação judicial. Em outubro de 2022, a Empresa exerceu direito de receber parte do crédito, através da conversão de ações da PDG. O total do crédito foi avaliado em R\$ 189.000, sendo que a Empresa conseguiu exercer a conversão de R\$ 50.000 em ações da PDG. Em dezembro de 2022, a Empresa vendeu as ações e recebeu R\$ 3.245, contabilizados como retorno do investimento. Em dezembro de 2023 a Empresa recebeu mais R\$ 1.542 com venda de ações da PDG. A Empresa possui ainda crédito com a PDG, porém, visto que a PDG está em fase de recuperação judicial, a Empresa avaliou como pouco provável o recebimento do restante do crédito, de forma que manteve a contabilização de 100% de provisão para perda do saldo restante.

R023 Ourives

Durante o exercício de 2016, a investida R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda realizou uma redução de capital no valor de R\$ 24.774. A redução de capital será paga por meio de um contrato de SCP firmado entre as empresas, prevendo pagamento de 15% do empreendimento.

SCP BRDU Cuiabá, BRDU São Matheus e Tangará

A Empresa possui investimento em três Sociedades em Conta de Participação (SCP) com a incorporadora BRDU. A participação da empresa é de 90% em empreendimentos de loteamento residencial desenvolvidos pela BRDU, nas cidades de Cuiabá-MT, São Matheus-ES e Tangará da Serra-MT.

Do valor aportado, 50% será restituído através de retorno preferencial, entendido como o valor do investimento acrescido de IGPM mais 12% ao ano. A parcela remanescente de 50% será distribuída como retorno ordinário.

12 Outras obrigações

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Valores a pagar a sócios (a)	-	7.500	-	7.500
Adiantamentos de investidas (b)	5.365	6.765	-	-
Distrato com Clientes a Pagar	452	-	452	451
Outras obrigações	-	-	15	16
	<u>5.817</u>	<u>14.265</u>	<u>467</u>	<u>7.967</u>

- (a) Em 2023 ocorreram duas reduções de capital, uma no dia 24 de fevereiro de 2023 no valor de R\$ 21.695 liquidada na mesma data com a compensação do valor com mútuo que a Companhia possuía junto aos sócios realizado em 16 de novembro de 2022 (nota 8) e a outra redução ocorreu no dia 14 de setembro de 2023 no valor de R\$ 35.000 do qual foi pago R\$ 27.500 durante o exercício de 2023, restando o valor de R\$ 7.500 pago no exercício de 2024.
- (b) Valores recebidos de investidas como adiantamentos de redução de capital ou distribuição de lucros, com previsão de regularização em 2025.

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 20.520, composto por 20.520.244 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

No decorrer do exercício de 2023, houve reduções de capital que foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias de quotistas ocorridas nas seguintes datas:

<u>2023</u>	
Data	Total
24/07/2023	(21.695)
14/09/2023	(35.000)
Total	(56.695)

Destinação de resultados

A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros serão aprovadas por sócios quotistas representando a maioria do capital social, podendo ser aprovadas e realizadas de forma desproporcional à participação de cada sócio no capital social da Empresa. O lucro residual ou o prejuízo apurado no Balanço Geral e no Demonstrativo do Resultado, no encerramento de cada exercício social, será distribuído ou suportado na proporção estabelecida pelos sócios quotistas.

14 Receita operacional líquida de vendas

	Consolidado	
	2024	2023
Vendas imobiliárias	1	2
	1	2

15 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Consultoria e assessoria	(43)	(12)	(48)	(18)
Contabilidade	(1.456)	(1.404)	(1.518)	(1.479)
Despesas legais	(47)	(34)	(99)	(137)
Serviços profissionais	(24)	(217)	(24)	(217)
Informática	-	-	(7)	(5)
Cartórios	-	-	(2)	(5)
Taxas administrativas	(1)	-	(2)	(9)
Seguros	(68)	(98)	(68)	(98)
Despesa com distrato	-	-	-	(71)
Reversão de Contingências	512	-	373	21
Processos judiciais (a)	(143)	-	(158)	(1.085)
Outras despesas administrativas	-	-	-	(3)
Total	(1.270)	(1.765)	(1.553)	(3.106)

- (a) Processos judiciais sobretudo das investidas Laranjeiras 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Reserva das Ilhas Incorporadora Ltda. em decorrência de unidades inadimplentes e acordos judiciais de contingências passivas.

16 Ganhos (perdas) com a alienação de investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Ganho na alienação de investimentos	-	36	-	36
Perda na alienação de investimentos	(1.897)	-	(3.658)	-
Total	<u>(1.897)</u>	<u>36</u>	<u>(3.658)</u>	<u>36</u>

Em 2024 ocorreu a venda da participação societária sobre as SCP's BRDU SPE São Mateus Ltda., BRDU Cuiabá 01 Ltda. e BRDU SPE Tangará da Serra Ltda gerando uma perda de R\$ 1.761 e da coligada R023 Ourives Empreendimentos e Participações Ltda. gerando uma perda de R\$ 1.897 (veja nota explicativa n°1).

17 Receitas financeiras

Em dezembro de 2024 e 2023, as receitas financeiras eram compostas substancialmente por rendimento de aplicações financeiras, atualizações de mútuos e atualização de PERDCOMPs:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Rendimento aplicações financeiras	256	1.609	265	1.647
Outras (a)	-	156	-	161
Total	<u>256</u>	<u>1.765</u>	<u>265</u>	<u>1.808</u>

(a) Outras receitas, sobretudo atualização financeira de PERDCOMP.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, com os valores calculados pela aplicação das alíquotas fiscais, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	2024	2023
(Prejuízo) Lucro do exercício	(11.516)	4.388
Exclusões e adições		
Resultado com sociedades em conta de participação	1.615	(3.618)
Equivalência patrimonial	6.945	(943)
Ganhos com investidas	1	(36)
Contingências	(512)	-
Prejuízo fiscal	<u>(3.467)</u>	<u>(209)</u>
Imposto de renda (15%)	-	-
Adicional de imposto de renda (10%)	-	-
Total imposto de renda	-	-
Contribuição social (9%)	-	-
Total impostos corrente	<u>-</u>	<u>-</u>

	Consolidado	
	2024	2023
Receita venda de imóveis		-
Receitas operacionais:		
(a) Receitas financeiras e outras receitas	9	43
Base de cálculo IRPJ	9	43
Base de cálculo CSLL	9	43
Imposto de renda (15%)	(1)	(7)
Contribuição social (9%)	-	(4)
Adicional de imposto de renda:		
Base de cálculo do imposto adicional	9	43
Dedução do adicional	-	-
Base de cálculo do imposto ajustada	9	43
Adicional de imposto de renda (10%)	-	-
(b) Receitas de vendas de imóveis –RET	-	-
Base de cálculo (100% IRPJ e CSLL)	-	-
Imposto de renda (1,26%)	-	-
Contribuição social (0,66%)	-	-
(c) Lucro real - controladora	-	-
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Total da despesa com IRPJ e CSLL	<u>(1)</u>	<u>(11)</u>

As empresas investidas tributam pelo RET, regime especial de tributação, através do regime caixa. Os impostos diferidos são calculados e contabilizados sobre a diferença temporária gerada entre o regime de competência (contábil) e caixa (apuração dos impostos).

19 Provisão para Contingências

A Empresa e suas controladas possuem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como provável, tendo a Empresa provisionado, portanto R\$ 1.471 na controladora e R\$ 1.943 no consolidado (2023: R\$ 0 na controladora e R\$ 2.466 no consolidado).

Adicionalmente, a Empresa e suas controladas também possuem ações de natureza cível com risco de perda classificado como possível. Em 31 de dezembro de 2024 o montante estimado desses processos é de R\$ 98 (2023: R\$ 44).

20 Instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez.

(i) Instrumentos financeiros por categoria

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis consolidados dos ativos e passivos financeiros, conforme suas categorias:

2024	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Total
<i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i>				
Aplicações financeiras	708	-	-	928
Contas a receber de clientes	-	1	-	1
Outros créditos	-	8.567	-	8.567
	708	8.568	-	8.568
Fornecedores e retenções	-	-	40	40
Outras obrigações	-	-	467	467
	-	-	507	507

2023	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Total
<i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i>				
Aplicações financeiras	4.460	-	-	4.460
Contas a receber de clientes	-	159	-	159
Investimentos em Sociedades por Conta de Participação (SCP)	11.201	-	-	11.201
Outros créditos	-	3.016	-	3.016
	15.661	3.175	-	18.836
Fornecedores e rentações	-	-	54	54
Outras obrigações	-	-	7.967	7.967
	-	-	8.021	8.021

(ii) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito do Contas a Receber de clientes é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração estabeleceu uma política de análise de crédito que é efetuada a fim de determinar se a empresa aceitará as propostas de compra. As análises de crédito são realizadas considerando os critérios dos bancos financiadores, de forma a mitigar riscos de repasse quando do término das obras.

Caixa e equivalente de caixa

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e em títulos de curto prazo.

b. Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Empresa são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de suas dívidas e das receitas de juros geradas a partir dos saldos de suas aplicações financeiras e mútuos a receber. A Empresa procura mitigar estes riscos através da manutenção da totalidade de suas disponibilidades financeiras aplicadas também a taxas variáveis, e de um cuidadoso monitoramento da evolução prospectiva dos indexadores aplicados a seus ativos e receitas (principalmente o CDI e o IGP-M), comparativamente aos aplicáveis a seus passivos (principalmente a TR).

c. Risco de liquidez

As despesas financeiras da Empresa poderiam ser negativamente afetadas pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados adequadamente no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre os prazos de recebimento de suas receitas contratadas e de pagamento de seus compromissos operacionais. A Empresa gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, de forma a manter uma sólida estrutura de capital e minimizar o risco derivado de saídas de caixa imprevistas ou intempestivas. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

Adicionalmente, a Empresa participa de uma estrutura de fundos *off shore*, sendo que existe um comprometimento, por parte de investidores estrangeiros, de aportar capital na Empresa.

(iii) Mensuração do valor justo

A Empresa divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações sobre o valor justo. Especificamente quanto à divulgação, a Empresa aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Empresa.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição abaixo demonstra ativos financeiros da Empresa à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

	Nível	2024	2023
Aplicações financeiras	2	-	3.000
Investimentos em Sociedades por Conta de Participação (SCP)	3	-	11.201

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Aplicações financeiras e TVM, contas a receber de clientes, contratos de mútuos, investimentos em Sociedades por Conta de Participação e outros créditos - aproximam-se dos valores de seus valores de realização grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

(iv) Gerenciamento de capital

O objetivo principal da administração da Empresa é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2024	2023
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1.009)	(1.550)
Dívida líquida (caixa líquido das dívidas)	(1.009)	(1.550)
Patrimônio líquido	9.628	21.177
Patrimônio líquido e dívida líquida	8.619	19.627

(v) Análise de sensibilidade

Segue a análise de sensibilidade da Empresa e suas controladas para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos instrumentos financeiros ao qual a Empresa estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram definidos três cenários diferentes:

Cenário provável: índice acumulado de janeiro de 2024 a dezembro de 2024;

Variação de 25% sobre o cenário provável;

Variação de 50% sobre o cenário provável.

	Cenário de perda		
	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável
CDI	5,44%	8,16%	10,88%
IGPM	3,27%	4,90%	6,54%

<i>Risco</i>	<i>Valor contábil</i>	<i>Risco com cenário provável</i>	<i>Efeito de perda adicional em cenário adverso</i>	
			25%	50%
CDI	708	77	58	39
IGPM	277	18	14	9
	985	95	72	48

<i>Ativos</i>	<i>Risco</i>	<i>Valor contábil</i>	<i>CDI</i>	<i>IGPM</i>	<i>Sem indexador</i>
Caixa e equivalente de caixa	Baixa do CDI	1.009	708	-	301
Contas a receber de clientes	Baixa do IGPM	1	-	277	(276)
		1.010	709	277	25

Os resultados de 2023 são demonstrados abaixo:

	Cenário de perda		
	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável
CDI	6,52%	9,78%	13,04%
IGPM	0%	0%	0%

<i>Risco</i>	<i>Valor contábil</i>	<i>Risco esperado com cenário provável</i>	<i>Efeito de ganho/(perda) adicional em cenário adverso</i>	
			25%	50%
CDI	4.460	401	301	201
IGPM	2.601	106	79	53
	7.061	507	380	254

<i>Ativos</i>	<i>Risco</i>	<i>Valor contábil</i>	<i>CDI</i>	<i>IGPM</i>	<i>Sem indexador</i>
Caixa e equivalente de caixa	Baixa do CDI	1.550	1.460	-	90
Títulos e Valores Mobiliários	Baixa do CDI	3.000	3.000	-	-
Contas a receber de clientes	Baixa do IGPM	159	-	2.601	(2.442)
		4.709	4.460	2.601	(2.352)

21 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou transações ou eventos subsequentes que gerassem impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Rodrigo Lacombe Abbud e Rodrigo Ávila Sarti
Diretores

Rodrigo Borges Silva
CPF nº 117.814.488-76
CRC nº 1SP190442/O-1
Contador